

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-6-2017.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 063/16 (Processo nº 2660/16), de autoria de Delegado Cleiton; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 170, 171, 172, 173 e 174/17 (Processos nºs 1503, 1504, 1505, 1506 e 1507/17, respectivamente), de autoria de Felipe Camozzato, Valter Nagelstein e Professor Wambert; o Projeto de Lei do Legislativo nº 126/17 (Processo nº 1085/17), de autoria de Mauro Pinheiro; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 149/17 (Processo nº 1341/17), de autoria de Moisés Maluco do Bem. Também, foram apregoados o Ofício nº 883 e 885/17, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 087/16 (Processo nº 0981/16) e o Projeto de Lei do Executivo nº 008/17 (Processo nº 1687/17). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Hermes Puricelli, Vice-Presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS –, que discorreu sobre a reforma administrativa e impactos no planejamento urbano em Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon e Roberto Robaina manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e seis minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, e foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 110/17 (Processo nº 1424/17), de autoria de Idenir Cecchim, a assinalar o transcurso do septuagésimo primeiro aniversário da instauração da República Italiana. Compuseram a Mesa Mauro Pinheiro, presidindo os trabalhos, e Nicola Occhipinti, Cônsul-Geral da Itália em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Idenir Cecchim, como proponente e em tempo cedido por Mauro Pinheiro. A seguir, o Presidente convidou Idenir Cecchim a proceder à entrega, a Nicola Occhipinti, de Diploma alusivo à presente solenidade, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que se pronunciou a respeito. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezessete minutos às quinze horas e dezenove minutos. Em GRANDE

EXPEDIENTE, pronunciaram-se Sofia Cavedon, em tempo cedido por Mauro Zacher, e Adeli Sell, em tempo cedido por Mendes Ribeiro. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Tarciso Flecha Negra. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e seis minutos às quinze horas e cinquenta e oito minutos. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, em 2ª Sessão, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 007/17 (Processo nº 1635/17). Às quinze horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro e João Carlos Nedel e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS, que tratará de assunto relativo à reforma administrativa e impactos no planejamento urbano em Porto Alegre, participação e reflexos nos servidores municipais. O Sr. Hermes Puricelli, Vice-Presidente do SAERGS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. HERMES PURICELLI: Boa tarde a todos e a todas, inicialmente gostaria de cumprimentar o Presidente desta Sessão, Ver. Mauro Pinheiro, cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras e em especial os municipais de Porto Alegre aqui presentes, assim como todos os dirigentes e lideranças dos diversos sindicatos e entidades representativas dos trabalhadores que tem base de representação na Prefeitura de Porto Alegre. Sou municipal aposentado e por mais de 39 anos servi com muita honra e orgulho nossa Prefeitura. Hoje estou ocupando esta tribuna na condição de Vice-Presidente do SAERGS, assim como representando o Fórum Sindical dos Municipais, capitaneado pelo nosso Simpa e composto ainda, entre outros, pelo Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – Simers; Sindicato dos Engenheiros – Senge; Sindicato dos Enfermeiros – SERGS; Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio Grande do Sul – Sindisaúde; Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec, entre outros. Esse fórum foi criado pela necessidade da unidade sindical contra os retrocessos representados pelos projetos de origem do Executivo Municipal que tramitam nesta Câmara de Vereadores. Primeiramente, quero agradecer, em nome do Fórum Sindical dos Municipais, às Vereadoras e aos Vereadores, que foram sensíveis aos nossos argumentos e solidários à nossa luta contra o PLE nº 002/17, que condicionava a reposição da inflação ao fluxo de caixa da Prefeitura. Esse projeto representa um ataque ao direito mínimo dos municipais, que é a reposição salarial da

inflação. Conseguimos que o Governo, através de seu Líder na Câmara, retirasse o projeto de pauta no último dia 31 de maio. Não foi apenas uma vitória dos municipais, mas, sim, uma vitória do diálogo e da democracia. Ao encontrarmos as portas fechadas para a negociação por parte da gestão Nelson Marchezan Júnior, o Sindicato e os municipais encontram nesta Casa o espaço para o debate, para o contraditório e o respeito a posições divergentes. Mais uma vez a Câmara de Vereadores teve a autonomia política que é necessária para o equilíbrio dos Poderes Públicos. Enfim, a retirada do projeto foi o reconhecimento e a valorização daqueles que dedicam a sua vida funcional à cidade de Porto Alegre.

Mas, infelizmente, o motivo que traz aqui hoje não é apenas para agradecer e comemorar, pelo contrário, é para expressar a nossa indignação imensa, e preocupação com dois projetos que tramitam nesta Casa Legislativa. O primeiro projeto é o PLE nº 004/17, que aumenta a contribuição previdenciária dos municipais, passando dos atuais 11% para 14%. O segundo projeto é um PLCE nº 005/17, que trata sobre a reorganização da Administração Pública Municipal, extingue secretarias municipais e incorpora secretarias recém criadas. No que se refere ao PLE nº 004/17, que tem sua votação prevista para o dia 21 de junho, apresentamos a seguir nossas discordâncias e críticas. Como forma de encaminhamento, um projeto que prevê um aumento de alíquota de contribuição previdenciária necessariamente deveria ser precedido de um debate com os trabalhadores no sentido de unir esforços para a busca de soluções criativas e inovadoras. Mas isso não aconteceu, pelo contrário, o Prefeito Nelson Marchezan Júnior, além de não dialogar, opta pelo caminho do conflito, quando ameaça, através da imprensa, com o congelamento, os atrasos e o parcelamento dos salários. Utiliza métodos de terrorismo a ponto de o Simpa necessitar apelar ao Poder Judiciário e conquistar uma liminar para garantir o mais básico dos direitos dos trabalhadores, que é receber seu salário após um mês de trabalho.

Estamos aqui falando de salários que, na sua imensa maioria, são de pequeno poder aquisitivo. Não estamos aqui falando do salário dos Secretários Municipais, que, inclusive, recentemente, tiveram uma complementação de valores apesar da crise. Ao justificar o Projeto de Lei do Executivo, o Prefeito Nelson Marchezan Júnior afirma que a proposta visa a preservar o equilíbrio das finanças públicas municipais e reduzir o impacto atuarial da previdência, sobretudo, no que diz respeito ao regime de repartição simples dos servidores. Lembramos as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores de que, quando da formação do regime de repartição simples, a gestão fez a opção pelo aporte mensal. Assim, a responsabilidade desse regime é da gestão a quem cabe prever e prover as aposentadorias e não penalizar o servidor. Pedimos o apoio das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores para não aprovarem o PLCE nº 004/2017. Entendemos que este projeto vem à Casa coberto por uma névoa de dúvidas. Por exemplo, por que no referido processo não estão anexados os cálculos atuariais e o Parecer nº 006/2017 do Conselho de Administração do Previmpa? Será que levantam dúvidas sobre os números apresentados pelo Sr. Prefeito? Pois, a conclusão de ambos aponta que a proposição de aumento da alíquota não possui um respaldo técnico. O parecer já citado acima afirma que, do ponto de vista financeiro,

o fundo capitalizado é altamente superavitário, seja por ser jovem, poucos aposentados, seja por ser administrado adequadamente pelo Comitê de Investimentos do Previmpa. Não seria prudente esperar a votação do projeto de reforma previdenciária do Governo Federal para depois abrir essa discussão? Essa decisão de apresentar esse projeto agora gera angústia e incerteza aos servidores, estamos sendo chamados a pagar uma conta que não nos pertence. Além do não recebimento da reposição salarial referente à inflação do período, teremos nossos salários diminuídos em 3%, valor correspondente ao aumento da alíquota para o fundo de aposentadoria do Previmpa. Alertamos para o fato de que o Governo busca alternativa para uma crise conjuntural, implementando medidas de curto, médio e longo prazo que penalizam o servidor e não representam uma alternativa viável para sair da crise.

Alertamos ainda que as medidas propostas penalizarão também a Cidade e o cidadão porto-alegrense, pois são servidores públicos que ora estão atendendo nos postos de saúde, ora estão nas escolas, preparando a merenda escolar e educando nossas crianças, ora estão nos guichês, atendendo à população, ora estão nas nossas vias, sob sol ou sob chuva, tentando melhorar nossa já caótica circulação de veículos, ora estão projetando, construindo, fiscalizando as obras públicas, e também planejando a nossa Cidade; eu poderia aqui listar algumas dezenas de atividades, desde o saneamento básico até a limpeza urbana, mas nosso tempo não permite. Assim, pedimos o apoio das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores para não aprovarem este projeto que causa danos aos servidores e tem reflexos imediatos na prestação de serviços à população, também por ser injusto e, principalmente, desnecessário o aumento da alíquota de 11% para 11% para 14%, conforme relatório do Conselho de Administração do Previmpa.

Sobre os segundo projeto, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, que trata sobre a reorganização administrativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, queremos enfatizar que, nos últimos anos, cada novo gestor municipal tem apresentado a sua nova configuração para a estrutura administrativa municipal. Criou-se mais de uma dezena de Secretarias ou estruturas administrativas com *status* de Secretarias – algumas já foram extintas, outras permanecem –; criaram-se dezenas de novos cargos de CCs, que permanecem, na sua maioria. Agora, nessa nova versão do Sr. Prefeito, descarta-se a participação dos técnicos e servidores municipais no planejamento do Governo e da Cidade; utilizam-se consultorias externas para elaborar projetos de reformulação administrativa, esquecendo que o que temos de mais valioso é o conhecimento dos servidores, suas experiências, suas vivências, o acúmulo criado ao longo de todos esses anos de trabalho. Isso é descartado, apesar de as cartilhas que orientam a gestão moderna e eficiente apontarem as questões motivacionais, de integração, de participação, de comprometimento mútuo e de bem-estar dos empregados como sendo a âncora de uma gestão moderna, eficiente, equilibrada, inovadora e promissora. Não recomendam mais o termo empregado, e sim colaborador, parceiro. Será que, dessa forma, conquistamos colaboradores, parceiros? É no enfrentamento diário do Sr. Prefeito ou no diálogo e na busca incessante do entendimento, mesmo no contraditório?

Por decisão judicial, já foi sustada a assinatura de um convênio com a ONG ligada ao PSDB, a Comunitas, que contratou a Falconi Consultores de Resultado – é claro! – sem licitação, a custo zero. Será que esse é o melhor caminho: desobediência à legislação federal de licitações? Quando dos projetos das obras da Copa, recentemente, passamos por experiências parecidas ou semelhantes: custo zero, mas zero não era zero.

Finalizando, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais uma vez, pedimos o apoio para não aprovarem o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/17 sem que haja uma ampla participação e discussão com os municipais e suas representações sindicais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero cumprimentar o Sr. Hermes, representando o Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul; os outros sindicatos que estão nas galerias, representantes da Astec, do Senge e do Simpa; e trazer a nossa posição da oposição – que é composta pelo PSOL, meus colegas Ver. Alex Fraga e Ver. Roberto Robaina; pelo PT, Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver.^a Sofia Cavedon – de apoio integral às reivindicações da categoria. Nós, da mesma forma que vocês, encaramos como uma grande vitória dos serviços públicos, além dos servidores, a retirada do PL nº 002/17, quando houve uma mobilização muito intensa das categorias e também o apoio de várias bancadas, não só as de oposição, mas da bancada dos independentes, assim como outros Vereadores, que votariam contra aquele projeto, e o Governo foi obrigado a retirá-lo. Mas aquele foi o primeiro projeto, porque temos um pacote muito grave em que o Marchezan deixa claro escolheu os servidores como seus inimigos, e tem feito essa política de, dia sim e dia também, ameaçar com o parcelamento dos salários. Portanto, é uma situação muito grave para a categoria com essas ameaças constantes. O do Previmpa é um confisco dos salários. Nós sabemos que o Regime de Capitalização é superavitário e que a repartição simples é uma dívida que o Município tem com os servidores da repartição simples. E agora eles querem aumentar de 11% para 14%, confiscando 3%, no mesmo ano que não pagam sequer a inflação. Além disso, a reforma administrativa que é um ataque a um conjunto de serviços. Poderíamos falar sobre a SMAM, sobre a Secretaria de Esportes, enfim.

Portanto, queremos apoiar a luta de vocês e dizer que tem audiência pública no dia 19 de junho. Mas também achamos que a Câmara não deve votar no primeiro semestre esse confisco dos salários: o PL nº 004/17. Mas para isso terá de haver muita luta de vocês e esperamos que os Vereadores apoiem os servidores públicos municipais e o serviço público municipal. Parabéns, contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa e esta Vereadora –, dizendo que estamos extremamente preocupados com essa postura que o Hermes traduziu muito bem. A fala do Hermes está muito completa, coerente e precisa, traduzindo muito a sensação dos funcionários municipais, o histórico e a importância desta Casa na posição ativa que teve, bem diferente da xingação de covardes que o Prefeito disse. Foi uma posição ativa e respeitosa com a categoria, de autonomia necessária aos poderes e representativa da pluralidade, inclusive da pluralidade dos municipais, porque a grande família municipal tem em todos os partidos, todas as bandeiras políticas, estão servindo à população e não podem ser desprezados na sua inteligência, na sua contribuição sob pena da política pública virar um fracasso. Então, Sr. Presidente, eu quero já sugerir a transcrição da fala do Hermes e o encaminhamento ao Prefeito Municipal, acho fundamental que isso seja feito por esta Câmara.

Quero dizer que a nossa preocupação com relação ao Previmpa é a mesma. Não é possível que um órgão de previdência tenha decisões políticas, um órgão de previdência resulta de cálculos atuariais, de seriedade com a vida do funcionalismo; e, se for necessário alteração, ter uma compreensão técnica e com a participação dos beneficiários. Não é o que nós vimos, inclusive, na justificativa do projeto, o Prefeito justifica para poupar recursos de caixa! Fluxo de caixa! Isso é gravíssimo! Porque para poupar fluxo de caixa, para resolver problema de caixa poderá ele vir a confiscar o fundo! Porque esse é um argumento para qualquer coisa, desrespeitando o processo previdenciário, a legislação previdenciária.

Então, a discussão que se avizinha é muito grave e eu quero dizer aqui que nós devemos e vamos valorizar, Vereadores do PMDB, a audiência pública do dia 19. Eu gostaria muito que a categoria municipal estivesse aqui em peso, e eu tenho certeza que os Vereadores e as Vereadoras vão prestigiar, para preparar bem a votação do dia 21. Nós queremos votar e vamos votar na segunda-feira que vem os outros projetos, e sabemos que o Previmpa está elaborando uma série de projetos de alternativas interessantes a médio e longo prazo. E nós queríamos que esses projetos, no seu conjunto, fossem colocados no debate com a categoria. Então, a nossa posição é muito firme e contrária a essa mudança de alíquota e também ao tema da nova estrutura. Se um Prefeito pode instalar a sua marca, não pode desmontar os processos existentes.

Nós estamos vivendo um momento de fragmentação terrível; a nossa Cidade esta num momento de abandono gravíssimo, e é por isso, pela segmentação das políticas públicas, e os funcionários nem sabem como colaborar, porque a reestruturação e o planejamento estão terceirizados. Então, o momento é muito grave. Eu quero parabenizar o fórum dos servidores, que está militando; parabenizar o sindicato dos municipais porque não é uma luta corporativa somente; é uma luta pela Cidade, pela política pública. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro; Dr. Hermes, Presidente do Sindicato dos Arquitetos; eu acho que há um quadro grave e vocês expressam isso porque há evidentemente um desmonte do serviço público. Não é um desmonte de agora, já vem de muitos anos, é verdade, mas há uma ideologia fortalecida e levada adiante pelo Governo de que os servidores públicos são um problema, portanto, não são parte da solução, são parte do problema. E eu creio que quando o Governo discute o aumento da alíquota, o Governo não está discutindo uma política de previdência, na verdade, o Governo está discutindo uma política salarial; é, na prática, uma redução nominal de salários. Então, o Governo tem combinado, como sua política de ajuste fiscal – eu acho que isso é grave – por um lado com redução de salários real, então ele não reajusta a inflação; esse é o objetivo do Governo que tentou ganhar na própria Câmara de Vereadores e tentou legalizar esse reajuste zero que quer impor aos municipais. E, combinado com pó reajuste zero, na campanha salarial, o Governo quer reduzir nominalmente os salários através desse aumento da alíquota do Previmpa. Esse é o problema, porque o Governo não está pensando na gestão pública; está pensando no arrocho salarial dos servidores públicos e tomando os servidores como inimigos da gestão pública. Nós sabemos que uma gestão pública que não consegue incorporar os servidores não tem a menor possibilidade de ser uma gestão pública eficaz. Por isso nós estamos numa situação muito grave em Porto Alegre, porque o Governo tem essa ideologia. Ao mesmo tempo, nós sabemos que tem uma crise fiscal que é real, e, ao invés de ter uma política tributária capaz de aumentar as receitas da Cidade, o Governo só tem uma política ligada ao corte de despesas. Até agora – e os arquitetos nisso têm um conhecimento muito superior ao meu –, não há atualização do valor venal dos imóveis. Com a atualização do valor venal dos imóveis – evidentemente que não poderia ser um reajuste linear, porque seria um aumento da carga tributária absurdo –, fazendo a progressividade, taxando os imóveis mais caros, de mais de R\$ 5 milhões, nós poderíamos aumentar a receita tributária sem penalizar nem a classe trabalhadora nem a classe média. Portanto, é preciso ter política de receita e não apenas uma política de despesa. Creio – e isso é uma responsabilidade dos arquitetos, dos engenheiros, da elite intelectual que nós temos na Cidade – que nós pudéssemos apresentar para a nossa sociedade um debate sobre planos alternativos aos que nós temos presenciado ultimamente.

Para concluir, Ver. Mauro, nós temos, por exemplo, toda essa situação de calamidade relacionada às enchentes. Nós temos casas de bombas desativadas, nós temos os bueiros sem limpeza, corrupção no DEP, ineficiência na prestação de serviços, nós temos muita clareza de que a capacidade técnica que nós temos pode oferecer para a Cidade planos econômicos e capazes de atacar esse problema.

O Governo, infelizmente, encontra-se paralisado, polarizando a sociedade numa disputa contra os servidores públicos, ao invés de ter a parceria dos servidores, a inteligência dos servidores, para pensar planos que ataquem os problemas mais

importantes que a população tem vivido. Muito obrigado pela sua fala, pela participação de vocês aqui na Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 14h47min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 71º aniversário da Instauração da República Italiana, nos termos do Requerimento nº 110/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Nicola Occhipinti, Cônsul-Geral da Itália.

O Ver. Idenir Cecchim, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente desta Sessão, Ver. Mauro Pinheiro; Sr. Cônsul-Geral da Itália no Rio Grande do Sul, meu amigo Nicola Occhipinti; quero saudar também o Secretário da Saúde, Dr. Erno, e o Presidente, Ver. Cassio Trogildo, que está acompanhando o Secretário; as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores; vejo aqui também o Presidente da Associação Bellunesi nel Mondo, Celito de Nadal – obrigado pela presença; a representante do Deputado Afonso Motta, Avanete Favretto – obrigado por estar aqui; senhoras e senhores. Esta data, Sr. Cônsul, que se festeja no dia 2 de junho – o Ver. Marcelo Sgarbossa também chegou aqui, amigo italiano também, andou muito de bicicleta pela Itália –, pensamos em fazer aqui na Câmara de Vereadores no dia 5, mas o senhor conseguiu fazer uma grande festa do Rio Grande do Sul no dia 5, lá no Grêmio Náutico União, onde estavam gaúchos italianos de todos os cantos do Rio Grande. O Cônsul Nicola Occhipinti, pela maneira

que tem de agregar as pessoas, de aproximar, de abraçar os italianos e descendentes de italianos aqui fez com que o Rio Grande todo pudesse estar no Grêmio Náutico União. É uma pena, Ver. Cassio Trogildo, que a gente não consiga fazer a reunião em outro lugar numa solenidade, acho que ficaria melhor. Mas o senhor conseguiu, realmente, fazer a festa dos gaúchos italianos e conseguiu mais: nós recebemos, aqui na Câmara, com o Presidente Cassio Trogildo, o Senador Fausto Longo, a Deputada Renata Bueno e o Deputado Fabio Porta, que estiveram na festa, acompanhando o Embaixador da Itália no Brasil, Antonio Bernardini. Isso mostra o prestígio que o senhor tem, junto ao embaixador, junto à chancelaria da Itália. Eu diria que esta homenagem, além de ser uma homenagem à República Italiana, é uma homenagem particular ao senhor, nosso querido Cônsul-Geral da Itália em Porto Alegre, pelo que o senhor representa, pelo esforço que faz para agregar os italianos que estão em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, dando uma demonstração de querer fazer a integração mais forte para que o Estado e a Itália se aproximem cada vez mais. Por isso queríamos fazer esta homenagem ao senhor Cônsul, aproveitando a data nacional da República Italiana, dizendo em alto e bom som que o Rio Grande do Sul, Porto Alegre em particular, é muito agradecido aos esforços que o senhor faz para aproximar o Rio Grande do Sul da Itália. Muito obrigado por isso.

Eu estava pesquisando, vi que, em 1922, o Marechal Pietro Badoglio foi embaixador no Brasil. E coube ao Badoglio fazer os movimentos de unir e reerguer cada pedaço da terra italiana. O empenho do marechal é notório e explícito. Os italianos, assim que terminou a guerra, seriam chamados a escolher entre monarquia e...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. IDENIR CECCHIM: ...assim como eleger assembleia constituinte, cuja tarefa seria a de escrever a nova lei fundamental do Estado, a Constituição Italiana. No Governo Badoglio, entram os representantes de todos os partidos antifascistas. A Constituinte é o encontro de três distintas gerações políticas. Os protagonistas do pré-fascismo, do antifascismo, vítimas do cárcere ou do exílio, de dos jovens que apenas ofereciam alta resistência ao radicalismo. Num tranquilo domingo de sol, às 7h, a multidão sorridente e bem trajada, como que para ir a uma festa ou a uma missa, já tomavam as ruas em direção aos locais das urnas na Itália. O Rei Humberto II também exerceu o seu direito de cidadão e para ser imparcial entregou duas cédulas em branco, nasceu a República e nasceu o modo menos traumático possível, através do voto popular. A Itália escolheu: seriam os eleitores que escreveriam as palavras finais para uma história de Estado Nacional governado pela monarquia, a dinastia de Savóia, um período não propriamente longo, mas repleto de incidentes memoráveis, de um verdadeiro drama. O estatuto do reino que sempre se referia ao cidadão italiano como súdito, agora era letra morta. Esse aspecto denunciava uma esperança da monarquia e de seus apoiadores em reaver o poder. A votação terminou ao meio-dia de segunda, dia

25 de junho de 1946, quando se reuniu a assembleia constituinte, foi a primeira assembleia eleita pela Itália republicana, em Montecitório.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicações, por cedência de tempo deste Vereador.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito obrigado, Presidente. A primeira questão a ser resolvida foi a escolha do Presidente da República, os partidos maiores pensavam que o candidato mais adequado seria Humberto II, filho do rei, cuja estratégia serviria para conquistar o consenso dos dissidentes monarcas e dar a impressão que os altos cargos do governo seguiriam em mãos poderosas. Um outro nome foi sugerido e todos concordaram, foi do jurista napolitano de escola liberal e sentimento monarca, Enrico de Nicola, que já havia sido Presidente da Câmara entre 1920 a 1924. Assim começou a nossa república italiana, Sr. Cônsul.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, em nome da minha bancada do Partido Progressista – Ver.^a Mônica Leal, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Matheus Ayres e este Vereador –, quero cumprimentá-lo pela oportuna homenagem aos 71º da Instauração da República Italiana entre nós. Quero cumprimentar o Cônsul Nicola Occhipinti pela sua magnífica gestão à frente do Consulado Italiano em nossa Capital, e pela maravilhosa festa italiana, com a qual o senhor brindou a sociedade porto-alegrense. Receba a homenagem da minha bancada e deste tedesco. Parabéns, Ver. Idenir Cecchim.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. João Carlos Nedel.

A Sra. Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, caro colega, Ver. Idenir Cecchim, cujo nome já parabenizo por estar hoje aqui fazendo esta homenagem à colonização italiana tão importante aqui no nosso Brasil. E, em nome da nossa bancada, do Ver. André Carús, do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Valter Nagelstein, Presidente Mauro Pinheiro, cumprimento, muito carinhosamente, o Cônsul Nicola Occhipinti, quero dizer que é um prazer tê-lo aqui na nossa Casa, parabenizá-lo pela belíssima festa de aniversário italiano que tivemos no Grêmio Náutico União. Quero dizer que toda essa colonização de costumes, arquitetura, música, arte, culinária, fez muito bem a nós, brasileiros. Tenha em nós sempre o carinho, o respeito, e parabéns pela sua gestão à frente do Consulado com toda a sua determinação, profissionalismo e acolhimento que tem feito, sim, a todos nós. Parabéns, vida longa à comunidade italiana. Ver. Cecchim, o parabenizo por estar fazendo esta homenagem hoje. Obrigada.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, primeiro, quero parabenizá-lo pela proposição, e quero dizer ao nosso querido Cônsul Nicola Occhipinti que a festa realmente foi muito grande graças a sua energia. Eu conheci os cônsules que passaram por aqui e não percebia tanta energia e tanta motivação, que é o que precisamos para mobilizar a comunidade italiana. O Rio Grande do Sul é realmente um lugar especial para Itália por conta da imigração massiva que tivemos nos séculos passados. E quero deixar aqui a ideia colocada pelo Senador Fausto Longo na ocasião em que estavam presentes o Ver. Cecchim, o Ver. Pujol, o Ver. Nedel, em que o Presidente Cassio Trogildo recebeu aqui o Deputado Fabio Porta e o Senador Fausto Longo. O Senador sugeriu que, talvez, através da italianidade de toda a América do Sul, seja possível unir este continente. Foi uma sugestão muito interessante, porque realmente, talvez não seja do conhecimento de todos, mas a Itália apresenta uma estrutura e uma ousadia democrática a ponto de abrir uma eleição para o seu parlamento, as suas eleições nacionais, gerais, para todos os imigrantes que tenham a cidadania reconhecida. Então é possível, para quem não sabe, ser senador ou deputado estando aqui, tendo nascido aqui, simplesmente pela cidadania reconhecida. Isso é uma ousadia democrática, uma forma de reconhecimento pela Itália ter migrado para o mundo todo, uma forma de reconhecer esta legitimidade dos italianos que residem no exterior. Parabéns, o Rio Grande do Sul está aqui, e faço parte também do Partido Democrático Italiano, estou feliz por participar também, de alguma forma, da democracia italiana e da democracia representativa. Muito obrigado, e parabéns, Ver. Idenir Cecchim.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. Queria agradecer também o Ver. Cassio Trogildo, que está presente; Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, pela sua humildade, que bem conduziu esta Sessão. O Ver. Cassio Trogildo estava acompanhando o Secretário; muito obrigado, Presidente, por nos ter ajudado a fazer esta homenagem no dia de hoje.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, ainda que tardiamente, mas em tempo de pedir a V. Exa. que se considere também orador em nome da bancada dos Democratas, nesta ocasião. Eu tive a oportunidade de estar junto com V. Exa. quando o recebemos aqui, na Casa, sei das suas vinculações não só sanguíneas com os nossos irmãos descendentes de italianos, que fazem a riqueza deste nosso Rio Grande, nas inúmeras regiões onde prevalece a presença dos ítalo-brasileiros. V. Exa. é o nosso tribuno, nem eu nem o Ver. Dr. Thiago poderíamos escolher melhor representante que Vossa Excelência. Use a palavra com a maior ênfase possível, saudando a bela Itália e o bom povo italiano.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Agora, mais um fronteiro da fronteira deixou para o final, Ver. João Bosco Vaz, que veio de Bagé, na divisa com o Uruguai. Concedo-lhe um aparte.

O Sr. João Bosco Vaz: Ver. Idenir Cecchim, sou Granato, com um “t” só. E o meu avô, que era Guaranha Granato, veio da Sardenha, então, nós temos uma participação pequenininha no desenvolvimento deste País. Quero dar meu testemunho de que o senhor é o verdadeiro representante, aqui nesta Casa, do povo italiano. Tenho participado de alguns eventos e nos encontramos, mas o senhor tem capitaneado e enaltecido o trabalho feito pelo povo italiano. Parabéns, uma homenagem feliz, bem pensada, Sr. Cônsul, muito obrigado por ter vindo à Casa do Povo. Parabéns.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. João Bosco Vaz.

O Sr. Rodrigo Maroni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero fazer uma saudação ao Ver. Cecchim, que muito bem representa a descendência dos italianos no Rio Grande do Sul, que é bastante expressiva. Eu falava para o Cônsul que é uma pena que eu não sabia que ia haver esta homenagem anteriormente, senão tinha chamado meu avô aqui, que é filho direto de italianos, pelos dois lados. Marini Maroni, meu avô, nasceu aqui em 1927 e tinha os pais dele recém-chegados da Itália. É muito importante esta homenagem ao povo italiano. Faço uma saudação aqui em nome do Partido da República também. Parabéns ao Ver. Cecchim, sempre muito vinculado aos eventos e festas, motivando essa relação Brasil-Itália.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Maroni.

O Sr. Roberto Robaina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, eu queria o parabenizar, o Cônsul também. O Cecchim busca sempre, embora tenhamos diferenças, fazer um debate com o maior nível possível. Eu acho que isso é muito importante. Esta homenagem à Itália é uma homenagem bonita. Eu queria até aproveitar, Cecchim, e dizer que nós, do PSOL, vamos fazer um curso sobre um grande teórico italiano, de herança comunista. A Itália produziu, Ver. Cecchim, um dos cérebros mais capazes da esquerda crítica, que foi o Antonio Gramsci. Praticamente, viveu durante 12 anos em cárceres do fascismo, foi libertado e, logo em seguida, faleceu. É um grande teórico. E nós vamos ter aqui em Porto Alegre um curso sobre o pensamento desse italiano. Depois eu vou passar para o senhor, porque tenho certeza de que o senhor tem essa curiosidade intelectual.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Robaina, certamente vamos ler muito isso.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero cumprimentar o Ver. Cecchim pela belíssima homenagem. Cumprimento também o Sr. Nicola, daquela Itália maravilhosa, onde fui várias e várias vezes, passei muito tempo ali no sul da Itália. É um povo alegre, maravilhoso. O Grêmio foi bem recebido na Itália. Então eu quero deixar aqui um abraço ao Cecchim e

ao Sr. Nicola. A gente está aqui torcendo por aquele povo da nossa Itália, povo como o brasileiro, alegre. Obrigado.

O Sr. Paulinho Motorista: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, Sr. Cônsul Nicola, quero deixar um abraço meu e do Ver. Aírto Ferronato, do PSB. É uma honra tê-los aqui em nossa Casa, a Casa é de vocês também, da nossa grande “Azurra”. Meus parabéns e esteja sempre à vontade com a gente. Não posso deixar de dizer, Ver. Idenir Cecchim, que esta homenagem vindo da sua parte é sempre bem-vinda. Meus parabéns, um grande abraço a todos.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Paulinho Motorista. Acho que esta data, no Rio Grande do Sul, foi muito bem festejada lá no Grêmio Náutico União, e, aqui, pelos Vereadores que passaram pelo microfone, V. Exa. pode ter certeza de que é praticamente uma unanimidade de todos os partidos que aqui têm assento para fazer esta homenagem oficial aos 71 anos da República Italiana. Quero agradecer a presença de todos que vieram aqui para isso, agradecer aos meus Pares que usaram o microfone de apartes e dizer que todos nós queremos vida longa à República Italiana e a todas as democracias do mundo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convidamos o Ver. Idenir Cecchim a proceder à entrega do Diploma em homenagem aos 71 anos de instauração da República Italiana ao Sr. Nicola Occhipinti.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Nicola Occhipinti, Cônsul-Geral da Itália no Brasil, está com a palavra.

O SR. NICOLA OCCHIPINTI: Sr. Presidente desta Sessão, Ver. Mauro Pinheiro; amigo Vereador Idenir Cecchim; demais Vereadores; senhoras e senhores; fiquei muito lisonjeado e gratificado e, confesso, emocionado, pelas palavras, pelo carinho, pelo grande apego e pelos elogios que tanto o Ver. Cecchim como muitos outros Vereadores pronunciaram em favor da Itália e, também, em favor da festa que foi organizada na segunda-feira passada no Grêmio Náutico União.

Eu acho que a festa foi o mínimo que os gaúchos com cidadania italiana e os gaúchos descendentes de italianos merecem, porque os gaúchos descendentes de italianos forneceram tributo determinante ao desenvolvimento socioeconômico do Estado, um desenvolvimento que pode ser hoje em dia admirado pelo resto do Brasil e pelo resto do mundo. Por este motivo, acho que os mais de 3 milhões de gaúchos que têm origem italiana, dos quais 80 mil são registrados no Consulado em Porto Alegre com cidadania italiana – e muitos com passaporte italiano – são um inestimável

patrimônio humano, um inestimável capital humano, que a Itália precisa valorizar. Precisa valorizar de três maneiras: com mais promoção cultural e da língua italiana, mais promoção econômica em parceria com as instituições públicas e privadas gaúchas e mais reconhecimento de cidadania italiana, porque a cidadania italiana é uma maneira de aproximar os dois lados do oceano Atlântico – o Brasil de um lado e a Itália, a Europa, de outro lado. Precisamos fortalecer os laços para que esses laços profundos de sangue que unem a Itália e o Rio Grande do Sul sejam veículo para crescermos juntos, prosperarmos juntos. Isso é fundamental e é uma tarefa muito difícil. Estamos trabalhando nesse sentido de fortalecer os laços culturais, econômicos e mais cidadanias italianas, porque é a única maneira de valorizar esse inestimável capital humano que são vocês – os três milhões de descendentes de italianos no Rio Grande do Sul.

Um forte abraço, com todo o meu carinho, a esta maravilhosa e digna Câmara de Vereadores, a Porto Alegre e também ao Governo do Estado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Parabenizamos o Ver. Idenir Cecchim pela iniciativa, agradecemos a presença do Cônsul, das senhoras e senhores, e damos por encerrada esta homenagem. Suspendemos a Sessão por dois minutos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h17min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 15h19min): Estão reabertos os trabalhos. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Grande Expediente por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, combinei com o Ver. Mauro Zacher, nós trocamos, porque há horas este Grande Expediente não estava sendo utilizado e nós estamos com muitas urgências, em especial na área de educação, que eu gostaria de compartilhar com Vossas Excelências e com a sociedade. E uma delas é o tema desta escola que vocês estão enxergando aqui, Ver. Tarciso, nosso Presidente da CECE, a quem sugeri que fizéssemos uma visita, a Escola de Educação Infantil Santo Expedito, na Zona Norte de Porto Alegre.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Uma escola construída, olhem a beleza do pátio, inaugurada no final de dezembro de 2016, foi criada por portaria, recebeu uma direção, uma diretora e uma vice-diretora, chamou as matrículas, as mães e pais que buscavam, há anos, vagas na educação infantil. Essa escola se encontra na Zona Norte da Cidade, no bairro Rubem Berta. E as mães e pais foram selecionados, a partir de janeiro, para matricularem seus bebês de um ano até os quatro anos. É uma escola infantil para 171 crianças, toda equipada com recursos federais e contrapartidas municipais. E vejam só, uma das escolas com as quais tivemos sucesso de construção até o final, porque na Zona Norte há uma que parou as obras no meio do caminho, estamos perdendo o investimento feito, na Restinga há outra deste mesmo programa que pegou uma empresa péssima, e esta não, esta teve a sorte, a competência da comunidade acompanhar e conseguir que ela fosse construída. Mas pasmem, o Governo Municipal não conseguiu priorizar a colocação de recursos humanos para esta escola funcionar 100%. Era para ser dia 6 de março o ingresso das crianças, as mães fizeram as matrículas, esperaram para assumir empregos, e foi postergado: “Não temos pessoal”. Foi marcada nova data depois da Páscoa, já estamos em junho, e a comunidade está pedindo socorro, mandou *e-mail* para vários Vereadores, eu fui chamada numa reunião de mães lá na Zona Norte, num dia chuvoso, duas semanas atrás, e essas mães e pais já tinham chamado antes ainda a imprensa e fizeram muitos movimentos, e não conseguem que o Governo priorize nomear cinco ou seis professores e 14 ou 15 monitores. Nós não temos certeza, é o que mais ou menos as mães imaginem que precisa para que os bebês passem a frequentar uma escola em turno integral, para que as crianças do maternal, de dois a três anos, possam ter garantida a sua vaga dentro dessa escola. Então, esta escola, a Santo Benedito, não é possível, Ver. Nedel, que o Governo Municipal continue gastando recursos com ensino superior e a escola que poderia estar atendendo crianças de zero a seis – vazia! O Município de Porto Alegre já abriu mão de 40 milhões de impostos no Unipoa, nas vagas de ensino superior, vagas que não são direcionadas para nenhuma política pública, e não consegue colocar crianças a estudar numa escola pronta. Então, este é um tema que é gravíssimo, e nós já estamos representando obviamente pelo direito das mães e pais, que já tinham mandado *e-mail* para o Ministério Público, já foram na Defensoria. Pedimos agenda com o Secretário; o Secretário Adriano, há duas semanas, recebeu nosso pedido de agenda, não abriu essa agenda ainda. As mães e os pais já tinham pedido agenda, e nós estamos esperando apoio de todos os órgãos que garantem o direito à infância e à educação. Porque não é possível que um Governo, com quatro mil professoras, com cinco mil funcionários numa Secretaria, não consiga prover uma escola para atender as crianças na Zona Norte da Capital, zona extremamente violenta, extremamente carente, escolas de educação infantil, área prioritária, prioridade absoluta do Município, atuar em educação infantil. Segundo, a área onde o Município tem sido notificado; o Prefeito Fortunati, os Prefeitos anteriores receberam notificação e multa por não cumprirem as metas das vagas na educação infantil. O Tribunal de Contas tem feito estudos e relatórios sobre educação infantil e tem dito que o Município precisa ampliar o seu atendimento. E não é possível que não haja, em toda esta reestruturação, a possibilidade de colocar esses funcionários

nessa escola. Na semana passada, o Governo Municipal nomeou 16 CCs – 16 cargos comissionados! Se não os tivesse nomeado, preencheria o necessário para uma escola de educação infantil atender 171 crianças em turno integral e as crianças mais carentes da nossa Capital. Eu queria chamar a atenção para este tema, pedir o apoio, eu sei que a CECE vai agendar uma visita lá – falo com a Liderança do Governo, o Ver. Moisés –, porque governar é fazer escolhas. A gente sabe que os tempos são difíceis, mas há que se fazer escolhas. Não é possível que um Governo ache que deve manter bolsas de ensino superior, desoneração para isso, e a educação infantil deixando as nossas crianças na vulnerabilidade, porque ele não acha que deva priorizar, e há o desperdício de dinheiro público de mais de R\$ 1,5 milhão nessa linda estrutura na Zona Norte da Capital.

De outro lado, quero falar um pouco mais sobre o tema da educação no sentido amplo. O Ministério Público está abrindo um inquérito sobre o tema da falta de professores. A própria SMED reconhece que nós temos 200 professores a menos do que o necessário para manter as rotinas das escolas municipais. Duzentos professores a menos numa rede municipal na periferia da Cidade, em locais de extrema vulnerabilidade. Na semana passada ou retrasada, o Tribunal de Contas divulgou um longo relatório de análise da qualidade da rede municipal de ensino. A síntese que estava nos jornais era que a rede municipal de ensino está com indicadores muito baixos, tem uma excelente qualificação dos professores, mas não tem gestão direcionada para a aprendizagem das crianças. Nós sabemos, sim, que é muito complexo obter resultados em educação, são muitos fatores que concorrem para o resultado. Primeiro, porque a educação não pode se resumir a resultado de aluno ou de aluna em Língua Portuguesa e em Matemática – primeiro isso. Claro, tem que haver proficiência em Português e Matemática, mas não podem faltar professores nestas áreas, porque essa é uma das evidências que a própria Comissão de Educação identificou em escolas que visitou: faltam professores de Português e de Matemática. O tema da falta de professores é um dos que concorrem para a educação não ser do nível que nós gostaríamos, mas há outros que são fundamentais, e aí eu levanto a reflexão. Há a intencionalidade pedagógica, sim, de gestores. Já faz alguns anos, mais de uma década, que nós não temos no Município de Porto Alegre um trabalho de formação, de planejamento, junto com a rede municipal de ensino, de metas a serem alcançadas, de formação para que as metas sejam alcançadas, de avaliação do sistema, de avaliação da Secretaria, de avaliação dos indicadores. Não é possível pequenos projetos, projetos de amostra ou extensão do tempo escolar, que essa foi a marca dos últimos períodos, a extensão no contraturno da escola, e as escolas fazem com muito capricho essa do tempo escolar, sem uma intencionalidade pedagógica. Nós tínhamos uma gestora que dizia que não tinha projeto pedagógico, e, portanto, não organizava as energias das escolas e dos professores para resultados quantificáveis, mensuráveis coletivamente. Quanto mais a rede ouve críticas e menos tem informação, investimento, apoio e caminhada coletiva, menos resultados qualificados nós vamos obter. Então a educação de Porto Alegre se ressentiu disso. Tem um quadro muito especializado, muito presente, muito combativo, muito qualificado, mas está sempre lutando para resistir aos

desmontes, às retiradas de projetos, à ausência de formação, e, agora, começam a aparecer problemas na infraestrutura. Nessa semana em que o relatório do Tribunal de Contas foi apresentado, bombaram nas redes sociais fotos de escolas completamente alagadas, na EMEF Senador Alberto Pasqualini, na Restinga. Eu não sei se vocês receberam, Nádia, mas eu recebi várias fotos – inclusive, andavam no Facebook – de escolas com água no pátio, não tinha como entrar. Então nós estamos, na verdade, com a infraestrutura decaindo.

Ontem, uma professora de uma escola – a EMEF João Goulart, na Zona Norte –, na Redenção, me abordou para dizer que as crianças não podem mais repetir as refeições, porque não tem alimentos, e as crianças estudam em turno integral. Então, na segunda-feira, é arroz e feijão e um ovo, e as crianças pedem para repetir, mas a orientação é que não podem repetir, porque o alimento está medido, contado – e a criança passa o dia na escola! Então eu estou fazendo um Pedido de Informações sobre o tema da alimentação escolar, porque é muito grave ouvir das escolas que nós não temos alimento suficiente nem para a criança que vai passar o dia na escola, que nós estamos miserando, Ver. Mauro, na alimentação escolar – a sua irmã, colega nossa, aposentada, deve lhe dar um *feedback* sobre isso. Nós, que nos orgulhamos na história da rede municipal por ter a melhor alimentação escolar possível, porque nunca ficamos no valor que o Governo Federal mandava, sempre complementamos no Município de Porto Alegre e trabalhamos com o sistema de bufê, com as crianças se servindo e podendo repetir.

A Escola Elyseu Paglioli, inclusive, é uma escola especial que está pedindo agenda na Câmara de Vereadores. A mãe de um aluno da Educação Especial também falou comigo ontem na Redenção. Hoje de manhã, eles seriam recebidos pelo Secretário, mas querem entregar o mesmo relatório para a nossa Comissão, é a Escola de Educação Especial, só com alunos com deficiência aqui do Cristal, Eliseu Paglioli – estou recebendo agora o *e-mail* da Gladis Kancher, mãe de aluna do Eliseu Paglioli dizendo que não vão aceitar a falta de professores que estão vivendo. Eles estão se movimentando, estão indo para o Ministério Público e virão aqui para nos entregar o relatório amanhã na Comissão de Educação. É muito grave faltar alimentação escolar, faltar professores e ainda uma imposição de rotina que, lamentavelmente, tem a discordância dos pais e das comunidades escolares. Então eu acho que na Educação, assim como no Esporte, Lazer e Recreação – vejo que tem aqui usuárias de parques conversando com os Vereadores –, não vamos e não podemos aceitar desmonte. Sempre se trabalha com menos do que se pode, mas reduzir ainda mais por falta de prioridades, por falta de escuta, é inaceitável!

Encerro, Ver. Tarciso, lhe passando esse *e-mail*, e dizendo que a Educação pede socorro! Ver. Mauro Zacher, agradeço a troca de tempo que foi usado na causa da Educação, do direito das nossas crianças e adolescentes. Espero que tenha um retorno positivo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo Ver. Mendes Ribeiro, agradeço pela cedência desse tempo de Grande Expediente. A questão é: o que fazer e como fazer uma gestão operosa na cidade de Porto Alegre. Nós estamos num momento de profunda dificuldade institucional no País. Nós temos uma crise econômica, que fazia um bocado de tempo que não chegava próximo ao que estamos vivenciando.

O Rio Grande do Sul vive um momento, não apenas de calamidade, por causa do tempo, mas uma calamidade fruto de um conjunto de incongruências. O passado, Ver. Matheus Ayres, ensina muito; e o passado também castiga quem não aprende. O Rio Grande do Sul fez escolhas, esteve se digladiando na Revolução Constitucionalista de 1893, não bastassem as degolas de então, o Rio Grande do Sul optou por confronto armado na Revolução de 1923. Depois fez um acordo, que, nos livros de história, eu leio que não houve vencidos nem vencedores. Que grande balela! Não precisa ser professor de história do Rio Grande do Sul para saber que não foi uma luta, onde não houve vencedores. Houve, sim, vencedores! Quem venceu foi o Castilhismo! Por isso que o nosso Estado, Robaina, é um Estado conservador, autoritário, onde os seus diligentes têm profunda dificuldade de escutar. Está na nossa história. Mas por que, cargas d'água, falo tudo isso? Por que eu quero falar da realidade do aqui e agora. Eu faço essa pequena retrospectiva histórica, porque é preciso aprender, é preciso aprender com a história, mas parece que nós temos uma dificuldade de aprender com ela. Por isso que eu quero dizer que se não houver escuta, se não houver diálogo na Cidade e neste Estado, nós vamos continuar com as dificuldades que nós estamos vivenciando. O que disse, há pouco, aqui o representante do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, um experiente arquiteto que já frequentou esta Casa diversas vezes quando discutíamos o Plano Diretor e outras questões urbanísticas? Ele pediu que nós o ajudássemos, que ajudássemos os municipais a terem diálogo com a municipalidade, a começar com algo que ainda não debatemos aqui que é a questão da previdência social dos municipais. Na Comissão de Constituição e Justiça, eu vou dar um parecer favorável, e vamos discutir amanhã, que a taxa de administração diminua porque é possível, de forma clara, diligente, diminuir meio por cento e fazer, ainda assim, uma boa gestão na questão do Previmpa. Outras, pessoas vêm aqui, vejo no Plenário, pessoas demandando a continuidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Nós somos favoráveis, nós vamos estar debatendo na Comissão de Constituição e Justiça esse projeto de lei, e nós estaremos lá para dar um voto favorável à manutenção dessa pasta e que possamos fazer aquilo de que mais precisa a população dos centros urbanos. E é por isso que eu fiz essa digressão, precisa de espaço. Hoje dei uma entrevista a uma jovem universitária, que me perguntou um conjunto de questões do passado, do presente, e mostrei que hoje o Brasil é um País das grandes cidades; cresce desordenadamente, e nós aprovamos código nacional disso, plano nacional daquilo, e eu pergunto: onde está a prática real da colocação, no dia a dia da cidade, dos seus habitantes? O Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de

Saneamento Básico, Prof. Alex, V. Exa., que, além de preocupação, tem conhecimento técnico e profissional sobre essa questão. Assim, de que valem as leis, de que vale a Constituição, se a Câmara e o Senado passam por cima da Constituição Federal, aprovando medidas provisórias, emendas constitucionais que confrontam com a Constituição vitoriosa de 1988? Ou quando a Suprema Corte deste País rasga a Constituição? Nós vimos isso, ou não vimos? Ou vamos fazer o papel de esconder a cabeça nos arbustos, na areia? Não. Houve, sim, afronta a ditames constitucionais na Suprema Corte deste País. Como vimos também o Tribunal Superior Eleitoral composto de Ministros da Suprema Corte e do STJ, num confronto político-ideológico claro e cristalino. Não estavam ali para analisar a lei, a letra fria da legislação, mas estavam ali analisando o calor deste inferno em que nos colocaram e teimam em nos colocar por mais tempo ainda. Crise institucional não interessa a ninguém! Mas, neste País, neste Estado, nós temos sempre um confronto, parece que tudo aqui gira em torno do bem e do mal, que não tem outras cores no horizonte a não ser o preto e o branco. Não há espaço de chegada, para que a gente consiga avançar, consiga dialogar. Por isso eu tenho feito um pente-fino e tenho buscado, secretaria por secretaria, departamento por departamento, eu tenho ido ao encontro dos gestores municipais, para que não fiquem em vão os meus mais de 20 anos como Vereador desta Casa, desta Cidade, preocupado com seus cidadãos, para que não fiquem ao léu. Eu tenho uma obrigação ética, moral de construção da cidadania e do futuro, porque eu bebo frequentemente nas águas do passado quando leio sobre a gloriosa Porto Alegre. Eu mostrava, há pouco, aos meus colegas aqui que lia Os Anos Dourados da Praça da Alfândega, o Volume II, porque o Volume I já li em 2013, porque lá eu vejo uma Porto Alegre que se foi perdendo ao longo dos anos. E não é saudosismo. Muitos bons debates eram feitos naquele momento na Confeitaria Matheus, na praça, nos botecos da esquina, mesmo com as divergências mais profundas entre as personagens de então, e alguns vivos até hoje. Histórias memoráveis de quanto é importante a pessoa, a personagem, o cidadão na construção de uma cidade. Nós precisamos, não virar a roda da história para trás, porque isso não existe, como também não existe o fim da história – isso já foi demonstrado sobejamente. Mas é preciso olhar para o passado, analisar o presente e projetar um outro futuro, não o futuro de um mundo quente, porque não preservamos o ambiente; não um futuro lotadíssimo em que há pessoas dormindo nas ruas e sem alimentação adequada; não um mundo plano, em que tudo é dominado pelas redes sociais, por uma mídia cafajeste. Não. Nós queremos o mundo da cidadania, aquele Brasil que está esculpido nos princípios fundamentais da Carta Magna, especialmente no seu artigo 5º, porque nós vamos continuar defendendo o Estado Democrático de Direito, com os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. Por isso que nós temos que fazer algumas reflexões sobre a nossa Cidade. Eu fiz uma provocação no grupo do WhatsApp dos Vereadores de 2017/2020, dizendo que diante desse quadro em que se passou a gadianha em Montesquieu, onde a divisão do Estado brasileiro, entre Executivo, Legislativo e Judiciário foi tisonada, machucada; esta Casa, onde grandes debates se travaram, nós temos a obrigação – Ver. Nedel, componente da Mesa Diretora –, de propor um debate de alto nível. E não precisamos pensar aqui se o Ver. Adeli estará

representado; se o Ver. Nedel estará representado; se a esquerda com a vertente X está bem ou a direita da vertente Y está bem, pessoas que pensam a Cidade, e nós vamos discutir qual é o papel do Legislativo, qual é o papel do Executivo e qual é o papel do Judiciário.

Aqui nesta Casa, fizemos um debate hoje na TVCâmara, e a CPI das teles não é uma CPI político-ideológica ou de crucificação da empresa A, B, C ou D – só tem quatro mesmo. Não, vai ser uma CPI para colocar os “pontos nos is” para que a gente defenda o consumidor, defenda a cidadania, o povo de Porto Alegre em seus direitos espezinados. Por isso, colegas Vereadoras e Vereadores, eu faço este desafio à Mesa Diretora, aos Vereadores: que possamos nos despir um pouco de alguns preconceitos, de algumas rugas que eu vejo às vezes completamente desnecessárias aqui dentro do plenário, para debater o Estado Democrático de Direito e se ainda valem os princípios que nós aprendemos com Montesquieu – Executivo, Legislativo, Judiciário –, porque, afinal de contas, eu tenho visto coisas que são verdadeiros barbarismos nos dias de hoje.

E assim, Ver. Freitas, Ver. Alvori, meus amigos da Bancada do PRB, nós temos que nos abrir para esses debates, nós temos que estar dispostos a isso. O Robaina brincava comigo há pouco, aproveitando a vinda dos italianos aqui: que saudade dos bons debates que a gente fazia no passado, inclusive sobre alguns pensadores italianos, e que sobre alguns nós vamos ter que voltar a discutir.

Também para concluir, agora, com a presença do Ver. Camozzato, já fiz um desafio – inclusive inclui o Robaina e o Mauro Zacher nessa parada – para fazer um debate sobre as questões da economia, o liberalismo econômico, o capitalismo de Estado ou socialismo não sei de quê, mas, afinal de contas, vamos discutir para onde caminhamos, o Brasil, o Rio Grande e a nossa Cidade. Que o bom debate viceje entre nós, que a gente possa apagar algumas rugas completamente desnecessárias.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem, fiquei prestando atenção a dois colegas que estiveram há pouco nesta tribuna: a Ver.^a Sofia, depois o Ver. Adeli. Infelizmente, estamos passando por isso. Esse é o Brasil que nós amamos. Nos meus cinco minutos em Liderança não vim falar desse Brasil que nós amamos, mas de um Brasil que nós temos que ajudar, que são as nossas crianças, um Brasil do futuro. Desde que assumi a Presidência da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre, no ano passado, juntos aos nobres colegas da CECE,

fizemos visitas às escolas, aos centros esportivos e culturais da capital gaúcha. Analisando de perto, podemos achar a melhor maneira de contribuir para resolver os problemas da capital gaúcha, no lado da educação. Foi elaborado um relatório, a partir do contato realizado pela Comissão, junto às escolas municipais de Porto Alegre, do mês de março até maio de 2017, sendo contatadas 53 escolas municipais. Já foram feitas visitas em três escolas. Serão encaminhadas às Secretarias responsáveis pelas demandas coletadas na reunião da CECE realizadas aqui na Câmara de Vereadores. Amanhã temos uma reunião interna, justamente porque temos muitas demandas. E nós temos que fazer essa visita ao Secretário de Educação para que possamos levar as demandas que já temos das escolas, porque, senão, a CECE vai ficar como um fórum: cheio de processos e sem respostas – aí, para nós, é muito difícil. Nesta reunião que tivemos com Ramiro Rosário; com o Secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Elizandro Sabino; com o Secretário da Educação, Adriano Brito; com o Secretário da Cultura, Luciano, foram encaminhadas ao Poder Executivo as demandas recebidas pela Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Muitas delas já foram resolvidas, mas nós precisamos mais, pois temos muitas demandas até o final do ano, como visitar praças, escolas, ginásios – há várias demandas e precisamos vencê-las.

Então, amanhã vamos ter essa reunião interna. E, no dia 27 de junho, nós temos uma reunião da CECE com o Secretário da Educação para levar todas essas demandas que já recebemos das escolas e outras que vamos receber. É importante que a Comissão e eu, como Presidente, visitemos as escolas para acolhermos as suas demandas. Vamos a busca de uma solução para que possamos responder às diretorias dessas escolas como estão essas demandas e como vão ser resolvidas. Nós não somos o Executivo, somos o Legislativo, mas precisamos que o Executivo nos dê uma resposta para que possamos dar essa resposta à população. Nós, Vereadores, como fiscais da cidade de Porto Alegre, precisamos responder ao nosso povo como estão essas demandas.

Então, Sofia, essa reunião interna que teremos amanhã é para saber como vamos caminhar. No dia 27, já temos uma reunião com o Secretário de Educação, depois disso, quero ver com vocês quais serão os próximos passos. Não adianta ficar buscando várias demandas e não responder para o povo. Então é isso, Ver.^a Sofia, que vim aqui esclarecer para o povo de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos. Solicito que os Vereadores se aproximem da Mesa para combinarmos alguns detalhes para o prosseguimento dos trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h58min): Estão reabertos os trabalhos. Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1635/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/17, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há inscritos para discutir, está encerrado o período de Pauta Especial.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h59min.)

* * * * *